Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	
2.2 Resultados operacional e financeiro	
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	13
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	14
2.5 Medições não contábeis	15
2.6 Eventos subsequentes as DFs	16
2.7 Destinação de resultados	17
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	20
2.10 Planos de negócios	21
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	23
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	24
5.2 Descrição dos controles internos	26
5.3 Programa de integridade	28
5.4 Alterações significativas	31
5.5 Outras informações relevantes	32

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Na opinião da administração a empresa está em sólida situação econômica e financeira. Os saldos mantidos em caixa, equivalentes de caixa e/ou aplicações financeiras trazem tranquilidade que a Companhia tem plenas condições de honrar todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo.

No aspecto econômico, a Companhia tem demonstrado capacidade de obter lucros mesmo em cenários adversos remunerando o capital investido de forma que consideramos adequada e distribuindo dividendos que excedem os dividendos mínimos obrigatórios desde que foi listada no Novo Mercado, em 2004.

Os dados que evidenciam as condições financeiras e patrimoniais gerais da Grendene referentes aos exercícios de 2021 e 2022 estão demonstrados nos quadros a seguir e complementadas pelos itens 2.1.b, 2.1.c, 2.1.d, 2.1.e, 2.1.f, 2.1.g, 2.1.h e 2.2 desta proposta.

Ano (Em milhares de reais)	Patr. líquido¹ inicial	Lucro líquido controladora	Dividendos	Reinvestimento	Retorno s/ Patr. líquido	Patr. líquido¹ final
2021	4.082.020	601.005	395.209	205.796	14,7%	4.032.057
2022	4.032.057	568.027	316.639	251.388	14,1%	3.266.401

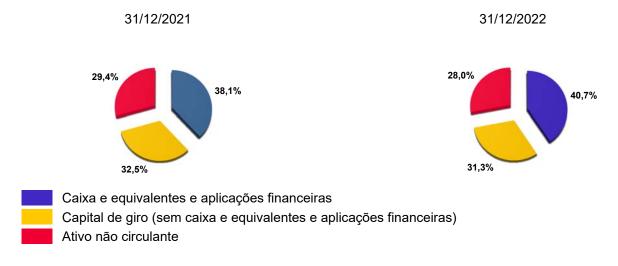
1) Patrimônio líquido ajustado com a exclusão do saldo de dividendos a pagar.

Liquidez	2021	2022
Liquidez geral	8,1	8,5
Liquidez corrente	8,0	7,3
Liquidez seca	6,7	6,3

Rentabilidade	2021	2022
Margem bruta	44,0%	40,1%
Margem Ebit	16,8%	9,5%
Margem Ebit recorrente	17,7%	11,3%
Margem líquida	25,7%	22,6%
Margem líquida recorrente	23,1%	24,4%

Em milhares de reais	2021	2022
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	124.285	106.639
Caixa e equivalentes e aplicações financeiras (CP e LP)	1.588.018	1.796.640

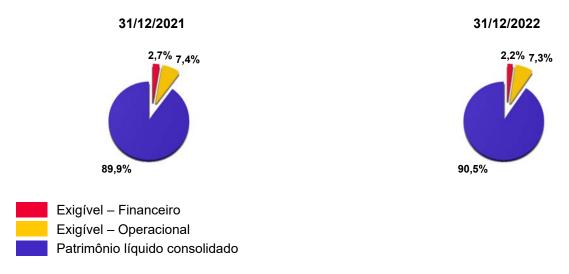
Ativos



b. Estrutura de capital:

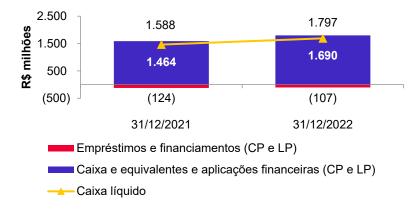
A Companhia possui uma estrutura de capital que não depende de capitais de terceiros para condução dos negócios. A Grendene realiza seus investimentos tanto fixos, quanto em capital de giro com recursos próprios.

Exigível: Passivo circulante + passivo não circulante



c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A Grendene mantém confortável e sólida situação financeira tendo plenas condições de honrar com todos os seus compromissos.



Em milhares de reais	2021	2022
Ativo Circulante	3.058.563	2.968.359
Ativo Não circulante	1.495.932	1.853.561
Passivo Circulante	381.290	407.981
Passivo Não Circulante	78.875	49.807
Patrimônio Líquido Consolidado	4.094.330	4.364.132

Como pode ser evidenciado pelo balanço patrimonial da Companhia e demonstrado no quadro acima, o caixa da Companhia (Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras) é superior a todo exigível de curto e de longo prazo o que torna improvável que qualquer situação econômico-financeira externa afete sua capacidade de pagar seus compromissos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A Grendene detém significativa posição de caixa líquido (saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras menos empréstimos de curto e longo prazo), apresenta forte e regular geração de caixa operacional e tem capacidade de financiar suas operações e investimentos atuais com recursos próprios. Entretanto, a empresa poderá recorrer a fontes de financiamento sempre que os custos destes recursos sejam suficientemente baixos no julgamento de sua administração para gerarem valor aos seus acionistas.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Grendene não tem deficiências de liquidez, não teve deficiências no passado e não tem previsão que esta situação possa ocorrer. O seu capital de giro e investimentos são financiados com recursos próprios.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescido dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o endividamento bancário apresentava a seguinte composição:

Consolidado	Indexadores	Taxas de juros (a.a)	2021	2022
Moeda Nacional - Financiamentos incentivados	TJLP	7,20% e 5,32%	12.214	9.712
Moeda Estrangeira - ACE	Dólar +	5,98% e 1,38%	112.071	96.927
Total dos empréstimos e financiamentos			124.285	106.639
Total do passivo circulante			117.479	98.815
Total do passivo não circulante			6.806	7.824

Apresentamos a seguir a abertura das parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2022:

Parcelas de longo prazo						
Vencimentos 2024 2025 2026 2027 Total						
Proapi	-	445	1.186	614	2.245	
Provin	1.553	995	858	-	3.406	
Proade	103	408	351	1.311	2.173	
Total	1.656	1.848	2.395	1.925	7.824	

Financiamento - Capital de giro - ACE

A Companhia tomou empréstimos para suas operações de exportação na modalidade ACE (Adiantamentos de Cambiais Entregues). Estas operações consistem em adiantar o valor correspondente em reais de exportações embarcadas.

Financiamentos - Proapi, Provin e Proade

A Companhia goza de incentivos fiscais relativamente às suas atividades localizadas no Estado do Ceará, por meio da obtenção de financiamento concedido através do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará, por intermédio do agente financeiro estabelecido por este fundo. Os referidos financiamentos são baseados no ICMS devido (Proade e Provin) e pelos produtos exportados (Proapi – este benefício já foi extinto, mas ainda existem saldos a receber e financiamentos a pagar), apurados mensalmente. Os financiamentos devem ser liquidados no prazo de 36 e 60 meses após a sua liberação.

É entendimento da Administração da Companhia que o registro do benefício de redução dos valores devidos se dê no momento da obtenção dos financiamentos, por assim refletir com maior adequação o regime de competência do exercício, uma vez que o custo do ICMS e das exportações, referentes às operações incentivadas também estão sendo registrados concomitantemente aos benefícios.

Em 31 de dezembro de 2022, estão registrados no passivo circulante e não circulante, as parcelas não incentivadas desses financiamentos no valor de R\$9,7 milhões (R\$12,2 milhões em 2021).

No âmbito do Programa Proapi, os financiamentos eram concedidos com base em 11% do valor FOB exportado com prazo de 60 meses para pagar, sobre os quais incidem juros de TJLP. No vencimento do financiamento a Companhia pagava 10% do valor do saldo devedor do financiamento, sendo os restantes 90% abonados, representando um incentivo líquido de 9,9% do valor FOB exportado vigente até março de 2017.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não apresenta obrigações de longo prazo com instituições financeiras que não obrigações relacionadas às operações acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não existem restrições impostas a Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários e alienação de controle societário.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Não existem financiamentos contratados e não utilizados.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei n° 6.404/76), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Não existem alterações significativas nas demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, na opinião da Administração, nos exercícios de 2021 e 2022.

Descrição das principais contas do Balanço patrimonial consolidado

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Caixa e equivalentes e aplicações financeiras

O caixa e equivalentes e aplicações financeiras de curto e longo prazo, totalizaram em 31 de dezembro de 2021 - R\$1.588,0 milhões e em 31 de dezembro de 2022 - R\$1.796,6 milhões. As disponibilidades são representadas por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes de caixa estão representadas por investimentos de curto prazo, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

As aplicações financeiras compreendem os Certificados de depósitos bancários, Cessão de direito de crédito, Debêntures compromissadas, Letras financeiras, Fundos de Investimento, Notas do tesouro nacional, Depósito a prazo com garantia especial, Ações, Debêntures simples, Cédula de crédito bancário, Sociedades em conta de participação e são classificadas em "Ativos financeiros ao custo amortizado" e "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado", conforme a estratégia de investimentos da Companhia.

Demonstramos a seguir a geração de caixa da Companhia em:

Em milhares de reais	31/12/2022	31/12/2021
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (a)	536.078	556.396
Caixa líquido gerado / consumido pelas atividades de investimento (b)	(128.386)	133.774
Caixa líquido consumido / gerado nas aplicações financeiras	142.933	504.818
Caixa líquido consumido por investimentos e ativos fixos	(271.319)	(371.044)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento (c)	(302.429)	(687.186)
Aumento de caixa e equivalentes (a + b + c)	105.263	2.984

O caixa e equivalentes e aplicações financeiras (Curto e longo prazo) representavam em 31 de dezembro de 2022 37,3% do Ativo Total (34,9% em 2021).

Contas a receber de clientes e Estoques

As rubricas, Contas a receber de clientes e Estoques totalizaram R\$1.528,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2022 R\$1.544,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2022, os prazos médios de recebimento praticados para o mercado interno são de 106 e 112 dias, respectivamente, e para o mercado externo 81 e 95 dias, respectivamente.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido consolidado totalizou R\$4.364,1 milhões em 31 de dezembro de 2022 e R\$4.094,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Abaixo apresentamos a evolução do Patrimônio líquido consolidado da Companhia.

	Em milhares de reais
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.230.168
Resultado líquido do exercício	601.005
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	3.384
Aquisição de ações em tesouraria	(1.832)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra	3.404
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	369
Dividendos distribuídos	(315.427)
Juros sobre o capital próprio distribuído	(93.500)
Juros sobre o capital próprio distribuídos imputados aos dividendos	(10.950)
Dividendo adicional proposto – Destinação de incentivo fiscal (Provin)	(680)
Reserva de incentivo fiscal – Destinação diversa Provin (IRPJ)	375
Dividendos intermediários	(321.986)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.094.330
Resultado líquido do exercício	568.027
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	(18.857)
Perdas cambiais com investimentos	1.211
Aquisição de ações em tesouraria	(3.429)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra	1.058
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	2.974
Dividendos distribuídos	(223)
Juros sobre o capital próprio distribuídos	(151.050)
Juros sobre o capital próprio distribuídos imputados aos dividendos	(16.500)
Dividendos intermediários	(113.409)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.364.132

Capital de Giro

O capital de giro está demonstrado a seguir:

Em milhares de reais	31/12/2021	31/12/2022
Capital de giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante)	2.677.273	2.560.378
Capital de giro / Ativo total	58,8%	53,1%
Capital de giro / Receita líquida de vendas	114,3%	101,9%

Descrição das principais contas da Demonstração do resultado consolidado

Vide item 2.2, letra "a".

- a. Resultados das operações do emissor, em especial:
- Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita bruta de vendas

Em 2022, a receita bruta reportada foi de R\$3,1 bilhões, 9,6% acima de 2021. Embarcamos 148,2 milhões de pares no ano, queda de 3,8% versus 2021. O fortalecimento das exportações, o mix de maior valor agregado combinados aos reajustes de preços concedidos produziram uma receita bruta/par 13,9% superior a 2021.

No Brasil, a confluência de fatores como inflação alta, taxa de juros elevadas, incertezas políticas e altos níveis de endividamento resultaram na redução da confiança do consumidor e, consequentemente, na retração das vendas, especialmente para as classes mais baixas, que tiveram o poder de compra impactado. Neste contexto, a receita bruta/par no mercado interno expandiu 16,6% em relação a 2021 e a receita do mercado interno aumentou 10,1% vs. 2021, de R\$2,2 bilhões, para R\$2,4 bilhões, enquanto o volume de pares vendidos recuou 5,6%, para 114,4 milhões.

No mercado externo, a redução de casos da Covid-19 permitiu a reabertura dos mercados e a volta do turismo. A busca por diversificação de fornecedores e a elevação dos fretes internacionais da Ásia contribuíram para a retomada das exportações dos calçados brasileiros. A receita bruta de exportação aumentou 7,9%, e os volumes de pares 2,9%, respectivamente, em relação a 2021. No acumulado do ano, a receita bruta oriunda das exportações foi de R\$740,4 milhões, 7,9% acima de 2021. Embarcamos 33,8 milhões de pares no ano, um aumento de 2,9% ante 2021.

Em milhares de reais	2021	2022	Var. % 2022/2021
Receita bruta de vendas	2.847.221	3.119.947	9,6%
Mercado interno	2.160.905	2.379.525	10,1%
Exportação	686.316	740.422	7,9%
Exportação em US\$	127.213	143.359	12,7%

Em milhares de pares	2021	2022	Var. % 2022/2021
Volumes	154.046	148.210	(3,8%)
Mercado interno	121.160	114.384	(5,6%)
Exportação	32.886	33.826	2,9%

Em reais	2021	2022	Var. % 2022/2021
Receita bruta por par	18,48	21,05	13,9%
Mercado interno	17,84	20,80	16,6%
Exportação	20,87	21,89	4,9%
Exportação em US\$	3,87	4,24	9,6%

Receita líquida de vendas

Em milhares de reais	2021	2022	Var. % 2022/2021
Receita bruta de vendas	2.847.221	3.119.947	9,6%
Mercado interno	2.160.905	2.379.525	10,1%
Exportação	686.316	740.422	7,9%
Deduções das vendas	(504.675)	(607.291)	20,3%
Devoluções de vendas e impostos sobre a vendas	(401.934)	(437.495)	8,8%
Descontos concedidos a clientes	(102.741)	(169.796)	65,3%
Receita líquida de vendas	2.342.546	2.512.656	7,3%

Custo dos produtos vendidos

Em 2022, o custo unitário do CPV aumentou 19,1%. A queda no preço das nossas matérias-primas, em especial a resina de PVC, apareceu de forma tímida no CPV. O prazo médio de estoques das matérias-primas, as compras de insumos em menores quantidades (normalização das cadeias de suprimentos) e o embarque de produtos produzidos durante o primeiro semestre (estoque estratégico) são alguns dos fatores que explicam o lapso de tempo entre a queda do preço das matérias-primas e o seu reflexo no demonstrativo de resultados.

Em milhares de reais	2021	2022	Var. % 2022/2021
Custo dos produtos vendidos	1.312.479	1.504.894	14,7%

Em reais por par	2021	2022	Var. % 2022/2021
Custo dos produtos vendidos/par	8,52	10,15	19,1%

Lucro bruto

A margem bruta caiu de 44,0% para 40,1% em 2022 (queda de 3,9 p.p.), reflexo do aumento dos custos com matériasprimas e menor volume de pares embarcados no ano.

Em milhares de reais	2021	2022	Var. % 2022/2021
Lucro bruto	1.030.067	1.007.762	(2,2%)
Margem bruta	44,0%	40,1%	(3,9 p.p.)

Despesas operacionais (DVG&A)

Despesas com vendas (DV)

As despesas comerciais da Companhia são predominantemente variáveis na forma de fretes, licenciamentos, comissões, publicidade e marketing mantendo-se ao longo do período entre 22% e 25% da receita líquida de vendas.

Em milhares de reais	2021	2022	Var. % 2022/2021
Despesas com vendas	534.203	619.503	16,0%
% da receita líquida de vendas	22,8%	24,7%	1,9 p.p.

Despesas gerais e administrativas (DG&A)

Em 2022, as despesas gerais e administrativas aumentaram 16% e se mantiveram em torno de 4% da receita líquida.

Em milhares de reais	2021	2022	Var. % 2022/2021
Desp. Gerais & administrativas	89.462	103.748	16,0%
% da receita líquida de vendas	3,8%	4,1%	(0,3 p.p.)

Resultado financeiro líquido

Em 2022, o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$336,2 milhões, 111,2% maior que o obtido em 2021. O rendimento de aplicações financeiras e os resultados de instrumentos financeiros de renda variável e de outros ativos financeiros (SCPs) foram os itens que mais contribuíram, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Resultado financeiro (Em milhares de reais)	2021	2022	Var. % 2022/2021
Rendimentos de aplicações financeiras	103.463	157.270	52,0%
Rendimentos de aplicações financeiras	103.463	157.270	52,0%
Result. de instrumentos financeiros de renda variável	5.338	89.158	1.570,3%
Resultado de instrumentos financeiros de renda variável	5.338	89.158	1.570,3%
Resultado financeiro câmbio	157	12.795	8.049,7%
Resultado operações de derivativos cambiais – BM&F	(23)	17.836	-
Receitas operações de derivativos cambiais – BM&F	44.942	23.258	(48,2%)
Despesas operações de derivativos cambiais – BM&F	(44.965)	(5.422)	(87,9%)
Resultado variação cambial	180	(5.041)	-
Receitas com variação cambial	54.073	97.223	79,8%
Despesas com variação cambial	(53.893)	(102.264)	89,8%
Resultado de outros ativos financeiros – SCPs	25.101	28.222	12,4%
Resultado de outros ativos financeiros – SCPs	25.101	28.222	12,4%
Resultado Certificado de Operações Estruturadas – COE	-	2.915	-
Resultado Certificado de Operações Estruturadas – COE	-	2.915	-
Resultado de Debêntures	5.149	(33.070)	-
Resultado de Debêntures	5.149	(33.070)	-
Outras operações financeiras	(1.056)	15.810	-
Juros ativos	13.822	39.551	186,1%
Juros recebidos de clientes	3.585	2.505	(30,1%)
Despesas de financiamentos	(6.041)	(8.779)	45,3%
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(6.721)	(10.038)	49,4%
Outras receitas / despesas financeiras	(5.701)	(7.429)	30,3%
Receita de ajuste a valor presente	21.055	63.097	199,7%
Ajustes a valor presente	21.055	63.097	199,7%
Resultado financeiro líquido	159.207	336.197	111,2%

Lucro líquido do exercício

Em 2022, o lucro líquido recorrente teve incremento de 13,2%, ocasionado basicamente pela melhora do resultado financeiro.

Lucro líquido (Em milhares de reais)	2021	2022	Var. % 2022/2021
Lucro líquido do exercício	601.005	568.027	(5,5%)
Efeito não recorrente	(59.244)	45.057	13,2%
Lucro líquido do exercício recorrente	541.761	613.084	13,2%
Margem líquida	25,7%	22,6%	(3,1 p.p.)
Margem líquida recorrente	23,1%	24,4%	1,3 p.p.

i. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2021 tivemos itens não recorrentes referente a: créditos de PIS/COFINS sobre ICMS insumos (R\$10,0 milhões), créditos processuais (R\$0,9 milhão), perdas estimadas com devedores duvidosos (-R\$13,9 milhões), despesas relacionadas à COVID-19 (-R\$14,0 milhões), processo INCRA (-R\$2,1 milhões), baixa de imobilizado da Grendene UK (-R\$2,1 milhões) e outras despesas não recorrentes (-R\$0,9 milhão), totalizando -R\$22,1 milhões.

Em 2022 tivemos itens não recorrentes referente a: Receitas não recorrentes (+R\$14,8 milhões); Créditos processuais (+R\$3,2 milhões); Despesas relacionadas a COVID-19 (-R\$3,8 milhões); resultado lojas varejo ME (-R\$15,8 milhões); resultado equivalência patrimonial GGB (-R\$30,5 milhões); baixa estoques ME (-R\$6,3 milhões); baixa imobilizado Grendene USA (-R\$1,2 milhão); gestão de franquias (-R\$5,3 milhões) e indenizações cíveis (-R\$0,9 milhão).

Apresentamos a seguir a conciliação do Resultado Operacional:

Conciliação do EBIT / EBITDA (Em milhares de reais)	2021	2022	Var. % 2022/2021
Lucro líquido do exercício recorrente	541.761	613.084	13,2%
Efeito não recorrente	59.244	(45.057)	-
Lucro líquido do exercício	601.005	568.027	(5,5%)
Tributos sobre o lucro	(48.276)	7.290	-
Resultado financeiro líquido	(159.207)	(336.197)	111,2%
EBIT	393.522	239.120	(39,2%)
Efeito não recorrente	22.068	45.758	107,4%
EBIT recorrente	415.590	284.878	(31,5%)
Depreciação e amortização	91.020	93.746	3,0%
EBITDA	484.542	332.866	(31,3%)
EBITDA recorrente	506.610	378.624	(25,3%)
Margem EBIT	16,8%	9,5%	(7,3 p.p.)
Margem EBIT recorrente	17,7%	11,3%	(6,4 p.p.)
Margem EBITDA	20,7%	13,2%	(7,5 p.p.)
Margem EBITDA recorrente	21,6%	15,1%	(6,5 p.p.)

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação:

Nossas receitas operacionais são impactadas por modificações nos volumes de pares vendidos, na receita bruta por par e pela taxa de câmbio na exportação. O impacto dos itens mencionados pode ser observado nas tabelas abaixo:

Receita bruta 2021 2022	2022	Var. 2022-2021		
(Em milhares de reais)	2021	2022	R\$	%
Mercado interno R\$	2.160.905	2.379.525	218.620	10,1%
Exportação R\$	686.316	740.422	54.106	7,9%
Exportação US\$	127.213	143.359	16.146	12,7%
Total	2.847.221	3.119.947	272.726	9,6%

Volume de vendas	e de vendas 2021 2022	Var. 2022-2021		
(Em milhares de pares)	2021	2022	Pares	%
Mercado interno	121.160	114.384	(6.776)	(5,6%)
Exportação	32.886	33.826	940	2,9%
Total	154.046	148.210	(5.836)	(3,8%)

Boosite brute ner ner (em B¢)	2021	2022	Var. 2022-2021		
Receita bruta por par (em R\$)	2021	2022	R\$	%	
Mercado interno R\$	17,84	20,80	2,96	16,6%	
Exportação R\$	20,87	21,89	1,02	4,9%	
Exportação US\$	3,87	4,24	0,37	9,6%	
Total	18,48	21,05	2,42	15,1%	

Variação em reais da receita bruta de vendas de calçados no mercado interno e na exportação, em função dos volumes e da receita bruta por par		
2021 – 2022	R\$ milhares	
Var. volume MI x rec. bruta par do ano anterior – (6.776 x R\$17,84)	(120.851)	
Var. volume ME x rec. bruta par do ano anterior – (940 x R\$20,87)	19.617	
Var. receita – em função dos volumes	(101.234)	
Var. rec. bruta par – MI x Volume MI ano atual – (R\$2,96 x 114.384)	339.471	
Var. rec. bruta par – ME x Volume ME ano atual – (R\$1,02 x 33.826)	34.489	
Var. receita – em função da rec. bruta par	373.960	
Total	272.726	

Variação em <u>dólares</u> da receita bruta de vendas de calçados na exportação, em função dos volumes e receita bruta por par			
2021 – 2022	US\$ milhares		
Var. volume ME x rec. bruta par do ano anterior – (940 x US\$3,87)	3.636		
Var. receita – em função dos volumes	3.636		
Var. rec. bruta par – ME x Volume ME ano atual – (US\$0,37 x 33.826)	12.510		
Var. receita – em função da rec. bruta par	12.510		
Total	16.146		

O modelo de negócios adotado pela Grendene contempla a atuação em mercados afetados pela moda onde a Companhia, como diferencial competitivo, apresenta regularmente uma grande quantidade de modelos novos a cada período. Cada modelo ofertado pela Companhia faz parte de uma coleção cuja vida média é em torno de 90 a 180 dias. Os produtos são essencialmente fabricados sob pedido de clientes.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

A cada trimestre a Grendene apresenta novas coleções, propondo ao mercado uma nova base de preços (para cada nova coleção). Neste modelo de negócios, quaisquer alterações de custos são repassadas para os preços finais sempre que a demanda por estes produtos e o poder de compra dos consumidores permitirem. Assim sendo, a inflação afeta nosso resultado indiretamente, afetando a renda que o consumidor tem disponível para o consumo de nossos produtos. Nossos principais insumos são *commodities* cotadas em dólar no mercado internacional.

A taxa de câmbio influencia os nossos custos na medida em que afeta os preços em reais destas *commodities* quando seu preço é traduzido para o real. Entretanto esta não é uma relação linear, uma vez que o preço das *commodities* em dólar flutua de acordo com a oferta e demanda no mercado internacional (quando o real se valoriza o preço das *commodities* em reais fica mais barato, entretanto nestes casos geralmente também acontece variação no preço das *commodities* em dólar compensando uma parte deste efeito). Por outro lado, a taxa de câmbio afeta positivamente as nossas receitas de exportações, geralmente contribuindo positivamente para as margens uma vez que os nossos custos na sua grande maioria são em reais.

As taxas de juros não afetam diretamente o resultado operacional da Companhia, somente o resultado financeiro. A Companhia mantém um saldo expressivo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (CP e LP) que em 31 de dezembro de 2022 era de R\$1.796,6 milhões (R\$1.588,0 milhões em 2021). Estes recursos basicamente estão

aplicados no mercado financeiro rendendo juros a taxas próximas da Selic. Quaisquer variações nas taxas de juros praticados no mercado afetarão a remuneração destes recursos.

Indiretamente a elevação dos juros pode afetar o poder de compra de nossos consumidores.

O quadro a seguir apresenta as variações para os itens nele demonstrados:

	2021	2022	Var. % 2022/2021
Receita bruta por par – MI – R\$	R\$17,84	R\$20,80	16,6%
Receita bruta por par – ME – R\$	R\$20,87	R\$21,89	4,9%
Receita bruta por par – ME – US\$	US\$3,87	US\$4,24	9,6%
Receita bruta total par – R\$	R\$18,48	R\$21,05	13,9%
CPV por par – R\$	R\$8,52	R\$10,15	19,1%
Taxa R\$ / US\$ (Final)	R\$5,5805	R\$5,2177	(6,5%)
Taxa R\$ / US\$ (médio)	R\$5,3950	R\$5,1648	(4,3%)
IGP-M			5,46%
IPCA amplo			5,78%

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Os diretores devem comentar

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Em 2022, as políticas contábeis foram aplicadas de forma consistente com as apresentadas em 31 de dezembro de 2021. As atualizações de normas contábeis que passaram a vigorar, a partir 1° de janeiro de 2022, não apresentaram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei n° 6.404/76), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão.

Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

As normas e revisões emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data da emissão das demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

I. Normas vigentes a partir de 1° de janeiro de 2023 e 2024

Normas	Natureza da mudança
IFRS 17 /CPC 50 – Contratos de seguro: A IFRS 17 substitui a IFRS 4/CPC 11 – Contratos de seguro	O objetivo da alteração é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.
IAS 8 / CPC 23 – Definição de estimativas contábeis	As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.
IAS 12 /CPC 32 – Tributos sobre o lucro	Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.
IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras	(i) Classificação de passivos como circulante ou não circulante: especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. (ii) Divulgação de políticas contábeis: alterações para ajudar as entidades a divulgaçame políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

De acordo com a avaliação da Administração, o IFRS 17 /CPC 50 não se aplica ao Grupo. Adicionalmente, a Companhia não espera que a adoção dos IAS 1 /CPC 26 (R1); IAS 8 /CPC 23 e IAS 12 /CPC 32 tenham impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidada.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor:

Não há opiniões modificadas e ênfases no parecer do auditor.

PÁGINA: 13 de 32

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2021 e 2022, não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2021, a Grendene celebrou com a 3G Radar Private Fund I LP ("3G Radar"), fundo gerido pela 3G Radar Gestora de Recursos Ltda, os documentos vinculantes para a constituição de uma joint venture ("JV") com sede no Reino Unido a ser denominada "Grendene Global Brands Limited", cujo objetivo é a distribuição e comercialização dos produtos da Grendene no mercado internacional, sendo os primeiros destinos: EUA, Canadá, China e Hong Kong, com início da operação em 2022. A JV será controlada e gerida pela 3G Radar, a qual deterá 50,1% do capital social da JV, enquanto a Grendene deterá 49,9% do capital social da JV.

Em 2022 não constituímos, adquirimos ou alienamos participação societária que tenha causado efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

c. Eventos ou operações não usuais

Em 2021 e 2022, não ocorreram quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades.

PÁGINA: 14 de 32

2.5 Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis

Em 2022 tivemos itens não recorrentes referente a: Receitas não recorrentes (+R\$14,8 milhões); Créditos processuais (+R\$3,2 milhões); Despesas relacionadas a COVID-19 (-R\$3,8 milhões); resultado lojas varejo ME (-R\$15,8 milhões); resultado equivalência patrimonial GGB (-R\$30,5 milhões); baixa estoques ME (-R\$6,3 milhões); baixa imobilizado Grendene USA (-R\$1,2 milhão); gestão de franquias (-R\$5,3 milhões) e indenizações cíveis (-R\$0,9 milhão).

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Conciliação do EBIT / EBITDA (R\$ milhares)	2021	2022	Var. 2022/2021
Lucro líquido do exercício recorrente	541.761	613.084	13,2%
Efeito não recorrente	59.244	(45.057)	-
Lucro líquido do exercício	601.005	568.027	(5,5%)
Tributos sobre o lucro	(48.276)	7.290	-
Resultado financeiro líquido	(159.207)	(336.197)	111,2%
EBIT	393.522	239.120	(39,2%)
Efeito não recorrente	22.068	45.758	107,4%
EBIT recorrente	415.590	284.878	(31,5%)
Depreciação e amortização	91.020	93.746	3,0%
EBITDA	484.542	332.866	(31,3%)
EBITDA recorrente	506.610	378.624	(25,3%)
Margem EBIT	16,8%	9,5%	(7,3 p.p.)
Margem EBIT recorrente	17,7%	11,3%	(6,4 p.p.)
Margem EBITDA	20,7%	13,2%	(7,5 p.p.)
Margem EBITDA recorrente	21,6%	15,1%	(6,5 p.p.)

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Entendemos que a exclusão dos itens não recorrentes, mencionados no item 2.5, letra "a", ajuda a entender de forma mais apropriada e correta a situação financeira e o resultado das operações da Companhia, ao excluir e/ou incluir itens que não se repetem.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Investimentos, a Companhia realizou as seguintes transações:

- (i) NM GAP II Participações S.A.: Em 16/01/2023 registrou o aumento de participação de 36,47% para 42,78%, através da aquisição de ações no valor de R\$8.791, resultando em um ganho de capital de R\$65;
- (ii) SCP Itaim Bibi: Em 16/01/2023 registrou o aumento de participação de 76,36% para 83,25%, através de aporte no valor de R\$500, resultando em um ganho de capital de R\$2.965; e
- (iii) NM GAP Participações Ltda: Em 02/02/2023 registrou aquisição de quotas, através de aporte no valor de R\$3.208, resultando em um ganho de capital de R\$2.444.

PÁGINA: 16 de 32

2.7 Destinação de resultados

a. regras sobre retenção de lucros

Segundo o Estatuto Social da Grendene, Artigo 32. Os acionistas fazem jus a dividendo obrigatório anual equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a. 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei; e
- b. importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão dessas reservas que tenham sido formadas em exercícios anteriores na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.
 - §1º. O pagamento do dividendo de que trata este artigo limita-se ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, e a diferença é registrada como reserva de lucros a realizar na forma prevista no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.
 - §2º. A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar parcela do lucro líquido para a constituição e/ou manutenção de reserva de lucros estatutária denominada "Reserva para Aquisição de Ações", que terá por finalidade resgate, recompra ou aquisição de ações de sua própria emissão inclusive para cumprimento de suas obrigações de entregar ações aos participantes do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela mesma, que exercerem suas opções. A Reserva para Aquisição de Ações poderá ser formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, e cujo saldo terá um limite máximo de 20% do Capital Social. Ao final do exercício, o eventual saldo remanescente não utilizado desta reserva poderá ser utilizado, com o mesmo propósito, para o exercício seguinte se assim entender necessário a administração, mediante aprovação da Assembleia Geral, e, caso não utilizado total ou parcialmente, o referido saldo será revertido para o pagamento de dividendos. Na forma prevista no Artigo 198 da Lei das Sociedades por Ações, a destinação dos lucros para constituição da Reserva para Aquisição de Ações não poderá ser aprovada em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório.
 - §3°. Os lucros remanescentes têm a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria, observando-se os preceitos legais aplicáveis, notadamente o art. 202, §6°, da Lei n° 6.404/76.

Ainda de acordo com o Artigo 35. A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, de acordo com Art. 195-A da Lei 6.404/76, modificado pela Lei 11.638/07, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Em 2021 e 2022 a Companhia destinou todo valor recebido a título de subvenção para investimentos para reserva de incentivos fiscais conforme facultado pela lei e pelo estatuto.

Valores de retenção de lucros		
Destinação do resultado do exercício	2021	2022
Lucro líquido do exercício	601.004.937,05	568.027.378,53
Reserva de incentivos fiscais subvenção para investimentos	(204.210.647,37)	(234.722.655,28)
Reserva legal	(19.839.714,49)	(16.665.236,16)
Subtotal - base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório – 25%	376.954.575,19	316.639.487,09
Destinação diversa de incentivo fiscal do ICMS	1.254.000,00	1.000.000.000,00
Total do dividendo proposto pela administração	395.208.575,19	1.316.639.487,09
Pago da seguinte forma:		
Dividendo obrigatório – 25%	94.238.643,80	79.159.871,77
Dividendo em excesso ao mínimo obrigatório do exercício	227.969.931,39	1.038.479.615,32
Juros sobre capital próprio (JCP)	73.000.000,00	199.000.000,00
Valores das retenções de lucros	205.796.361,86	(748.612.108,56)
% em relação aos lucros totais declarados	34,2%	(131,8%)

2.7 Destinação de resultados

regras sobre distribuição de dividendos

Segundo o artigo 33, do Estatuto a empresa poderá, por deliberação do Conselho de Administração, pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório de que trata o Artigo 32, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos.

Também, de acordo com Parágrafo Único deste artigo do estatuto, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos seus acionistas dividendos à conta de lucros acumulados de exercícios sociais anteriores.

Parágrafo Único. Os dividendos não vencem juros e se não reclamados por qualquer acionista no prazo de 3 (três) anos da data da deliberação de sua distribuição reverterão em favor da Companhia.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Segundo o artigo 34 do seu estatuto a Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 32. Nos anos de 2021 e 2022 a Companhia declarou e pagou os dividendos trimestralmente.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

De acordo com o artigo 32, parágrafo §1º o pagamento do dividendo de que trata este artigo limita-se ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, e a diferença é registrada como reserva de lucros a realizar na forma prevista no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Dividendos da Companhia, divulgada em Fato Relevante em 13 de fevereiro de 2014, era distribuir trimestralmente como dividendos a totalidade dos Lucros que não tem como origem os incentivos fiscais, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias (Ratificada nas Reuniões do Conselho de Administração de 14 de fevereiro de 2019, 13 de fevereiro de 2020, 4 de março de 2021 e 24 de fevereiro de 2022).

Na reunião do Conselho de Administração do dia 2 de março de 2023, foi definida uma nova Política de Dividendos da Companhia estabelecendo que será distribuído obrigatoriamente 25% do lucro líquido do exercício social, nos termos da Lei das S.A., após a constituição das reservas legais e estatutárias, lembrando ainda que poderão ser pagos na forma de juros sobre capital próprio (JCP) conforme faculta a legislação. Assim, o pagamento de dividendos adicionais (dividendos extraordinários) (além do mínimo previsto em lei) ficará a cargo do Conselho de Administração "ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas. Todavia, como já praticado pela Companhia, o valor a ser distribuído a cada ano será proposto pela administração ("ad referendum" da assembleia de acionistas) após a avaliação que considerará, entre outros aspectos, o nível de capitalização, alavancagem financeira e liquidez da Companhia, sua capacidade de geração de caixa, seu plano de investimento, as perspectivas de utilização de capital em função do crescimento esperado dos negócios da Companhia e/ou a necessidade de recursos para fins de utilização em programas de recompra em vigor.

Adicionalmente, manteremos nossa política de distribuição trimestral dos dividendos.

A política pode ser encontrada na internet no endereço: https://ri.grendene.com.br/PT/Governanca-Corporativa/Estatuto-Politicas-Regimentos.

PÁGINA: 18 de 32

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
- i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos Não Aplicável
- ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não Aplicável

iii) Contratos de construção não terminada

Não Aplicável

iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não Aplicável

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não mantém quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos com sociedades controladas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, em sua situação financeira e/ou mudanças em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital que não estejam registrados em seu balanço patrimonial.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não Aplicável

b. Natureza e o propósito da operação

Não Aplicável

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não Aplicável

2.10 Planos de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2021 e 2022 os maiores investimentos foram em manutenção de prédios industriais, reposição do ativo imobilizado e aquisição de novos equipamentos para modernização do parque fabril e nos diversos projetos para melhorar a eficiência da companhia.

A composição dos investimentos está demonstrada no quadro a seguir:

Em milhares de reais	2021	2022	Var. % 2022/2021
Investimentos (em imobilizado e intangível)	121.577	173.134	42,4%

As descrições quantitativas e qualitativas dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos estão descritas nos itens 2.10.b e 2.10.c.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem condições de fazer todos os investimentos com recursos próprios.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e não há desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não temos previsão de aquisição de plantas industriais, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

A Grendene atua no setor de calçados com fortes componentes de moda e seu modelo de negócios se assemelha ao que é conhecido no mercado como "fast fashion", que consiste no lançamento de muitos produtos num ano compondo diversas coleções. Desta forma o portfólio de produtos da Grendene é inteiramente renovado a cada 90 a 180 dias.

Para garantir o sucesso e aceitação destas coleções a Grendene acompanha continuamente o mercado mantendo estreita comunicação com os pontos de venda e realiza pesquisas de mercado junto a consumidores alvo sobre suas propostas de lançamentos. Também faz parte deste esforço a participação em muitas feiras nacionais e internacionais onde as reações dos compradores relativas aos produtos podem ser observadas e testadas.

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Grendene não divulga pesquisas em andamento pelas características de seu negócio, mas mostra o resultado na forma de produtos nos lançamentos, que geralmente ocorrem durante a participação em feiras e eventos.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em milhares de reais	2021	2022	Var. % 2022/2021
Investimento em P&D de novos produtos	51.564	58.785	14,0%

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide item 2.10.b e 2.10.c.

2.10 Planos de negócios

iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não distinguimos estes gastos dos apresentados no item 2.10.c.ii.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

Existem inúmeras oportunidades relacionadas a questões ASG. Diante disso, unimos sustentabilidade à estratégia dos negócios e, apoiados em um modelo de produção ecoeficiente, investimos no lançamento de produtos de menor impacto, contemplando a escolha da matéria-prima ideal e avaliando o ciclo de vida dos nossos produtos.

Acreditamos que os investimentos contínuos em inovação aumentam nossa geração de valor e promovem uma cultura de sustentabilidade para nossos públicos. Em vista disso, podemos destacar, o lançamento de coleções com menor impacto ambiental e baixa emissão de carbono, que contam com o uso de biomateriais, como a cana-de-açúcar e as cascas de arroz, de origem renovável, além de outras estratégias, como o aumento do percentual de conteúdo reciclado nos calçados e uso de materiais reciclados pós-consumo.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui política formal de Gerenciamento de Riscos Corporativos aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2022.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da política consiste em estabelecer diretrizes a serem observadas no processo de Gestão de Riscos Corporativos da Grendene, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, priorização e tratamento dos riscos que permeiam os processos/ negócios da Companhia.

A estratégia básica do gerenciamento de riscos corporativos, contidos nesta política, visa reduzir as incertezas e os impactos negativos que os riscos podem causar aos objetivos estratégicos e operacionais do negócio, bem como contribuir significativamente para o aumento de valor e longevidade da Companhia.

i) os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos identificados e considerados críticos ou significantes. A política de gerenciamento de riscos corporativos classifica os riscos em: Estratégico; Operacional; De conformidade (Compliance); Financeiro e de Mercado; Da Informação; Tecnológico; Socioambiental.

ii) os instrumentos utilizados para proteção

A empresa busca constantemente a evolução do seu ambiente de controles internos, visando a mitigação dos riscos identificados, classificados e avaliados. Além da implementação e melhoria de controles de mitigação, a companhia utiliza instrumentos que transferem riscos por meio da contratação de seguros.

Uma vez avaliados os riscos e revisados/implantados os controles internos, o processo passará por ciclos de monitoramento, com o objetivo de verificar a eficácia dos controles internos e, por consequência, a avaliação dos riscos.

Os riscos e os controles internos definidos serão consolidados em uma matriz de riscos e matriz de controles internos da Grendene, visando facilitar o monitoramento e sua gestão.

No tocante aos riscos, a empresa, periodicamente, realizará revisões, podendo alterar o grau do risco, bem como incluir novos riscos detectados (riscos emergentes). Nesta etapa, deve-se identificar alterações nos ambientes externos e internos e aprimorar a análise de eventos e o processo de avaliação de riscos.

Em relação aos controles internos, o monitoramento será realizado por meio de testes com base na matriz de controles internos da empresa (definindo amostras e coletando evidências dos controles internos), de acordo com calendário preestabelecido.

iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Em Reunião do Conselho de Administração de 27 de maio de 2019, a Grendene aprovou a criação de um Comitê de Investimentos, o qual terá por atribuição principal definir as modalidades de investimento da Companhia. Foi deliberado ainda, a possibilidade de a Companhia investir em outras modalidades de investimentos, em instrumentos financeiros de crédito privado, inclusive permutas financeiras imobiliárias, a serem definidas pelo Comitê de Investimentos.

Em dezembro de 2021 foi criada uma área de Governança, Riscos e Compliance (GRC) vinculada à diretoria de Relações com Investidores, com as seguintes responsabilidades:

- Coordenar o processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos da Grendene, identificando, classificando, avaliando e respondendo aos riscos, em conjunto com as áreas de negócios responsáveis pelos processos escopo da análise e considerando o apetite a risco definido pelo Conselho de Administração;
- Consolidar e manter atualizada a matriz de riscos da Companhia, monitorando constantemente o ambiente de riscos e reportando ao Comitê de Auditoria novos riscos identificados;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Elaborar e manter atualizada a matriz de controles internos, avaliando os controles e assessorando as áreas de negócios no fortalecimento do ambiente de controles internos da Grendene;
- Desenvolver e aplicar a metodologia do gerenciamento de riscos corporativos, com base nas melhores práticas de mercado e em conformidade com as leis e normas externas e políticas e procedimentos internos;
- Conduzir ações de disseminação de uma cultura de transparência, responsabilização e conscientização dos riscos na Grendene;
- Reportar periodicamente as atividades de gestão de riscos corporativos ao Comitê de Auditoria da Grendene.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia, visando o contínuo aperfeiçoamento de sua estrutura de governança e o gerenciamento de riscos corporativos, adota, fortemente, os princípios recomendados pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), IIA (*Institute of Internal Audit*) e IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), além de observar e cumprir as normas emanadas da CVM e B3 (*Novo Mercado*).

Em reunião do Conselho de Administração de 24 de fevereiro de 2022, foi aprovado a criação do Comitê de Auditoria, órgão independente, conforme Regulamento do Novo Mercado da B3, tendo, dentre outras atribuições:

- Supervisionar as atividades, a efetividade, evolução e estrutura do gerenciamento de riscos corporativos da Grendene, bem como sugerir melhorias ao Conselho de Administração;
- Monitorar e avaliar a exposição ao risco da Grendene, e, quando necessário, recomendar alterações na matriz de riscos e/ou nos níveis de apetite a risco da Companhia;
- Definir e gerenciar o processo de comunicação e reportes da gestão de riscos corporativa da Grendene;
- Revisar periodicamente a política de gerenciamento de riscos corporativos e, se for necessário, submeter sugestões de alteração ao Conselho de Administração.

Na primeira reunião do Comitê de Auditoria da Grendene, realizada no dia 26 de abril de 2022 foi aprovado o plano anual da área de Governança, Riscos e Compliance (GRC), incluindo a implantação da função de auditoria interna. Dentre as atribuições da auditoria interna, temos:

- Examinar, de forma independente, imparcial e tempestiva, a efetividade e qualidade do processo de gerenciamento de riscos corporativos da Grendene, registrando as fragilidades e fazendo recomendações para a melhoria e ajustes no referido processo;
- Avaliar o ambiente e a matriz de controles internos da empresa, testando e apontando a efetividade dos controles existentes e recomendando melhorias, considerando a eficácia da mitigação dos riscos envolvidos;
- Por meio do monitoramento e avaliação do processo de gestão de riscos e controles internos, identificar e apontar possíveis riscos ainda não mapeados pela organização;
- Acompanhar a implantação das recomendações pontuadas no processo de auditoria/ avaliação do processo de gestão de riscos e do ambiente de controles da Grendene;
- Fornecer informações e reportes à alta gestão e ao Comitê de Auditoria sobre a efetividade da gestão de riscos e controles internos da companhia, bem como o atendimento às normas e exigências legais.

5.2 Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui sistemas integrados de gestão (software de gestão) que uma vez parametrizados garantem razoável padronização nas suas transações e nos registros das mesmas. Para garantir integridade aos seus sistemas a companhia mantém um controle dos acessos aos mesmos e da rastreabilidade das transações.

Os relatórios internos de gestão e o acompanhamento sistemático de indicadores e resultados pelos gerentes responsáveis, acompanhados pelos diretores, proporcionam um ambiente de controle razoavelmente seguro.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia.

Na avaliação da administração a Companhia mantém controles internos adequados sobre os relatórios financeiros e busca seu contínuo aperfeiçoamento.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A diretoria da empresa composta pelo diretor presidente, diretor vice-presidente e diretor de relações com investidores e administrativo financeiro em conjunto com os diretores não estatutários e os gerentes subordinados a eles são os responsáveis pelo acompanhamento dos indicadores e resultados dos principais processos de negócios da companhia. A gerência de controladoria Sul e a gerência de controladoria nordeste, ligadas à Diretoria Administrativa Financeira, são as principais responsáveis pela elaboração de relatórios financeiros, e pela adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. O Comitê de Auditoria é responsável pela avaliação e revisão das políticas e controles internos da Companhia, bem como pela supervisão do gerenciamento de riscos corporativos e acompanhamento da execução do plano anual de auditoria, incluindo os aspectos relacionados à preparação e revisão das demonstrações financeiras, reportando-se ao Conselho de Administração.

Na primeira reunião do Comitê de Auditoria da Grendene, realizada no dia 26 de abril de 2022 foi aprovado o plano anual da área de Governança, Riscos e Compliance (GRC), incluindo a implantação da função de auditoria interna, que dentre suas atribuições está aferir a qualidade e efetividade do sistema de controles internos da Companhia.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O acompanhamento sistemático dos indicadores de negócio e relatórios financeiros é efetuado pela diretoria. Os diretores participam das reuniões do Conselho de Administração sendo arguidos pelos mesmos sobre os resultados.

Os gestores recebem relatórios regulares (diários, semanais, mensais e trimestrais) sobre os indicadores e resultados de negócios. Mensalmente os resultados são analisados, comparados com as expectativas e resultados obtidos em igual período do ano anterior e apresentados em reunião entre gerentes e diretores para discussão.

O resultado de todos os trabalhos previstos no exercício é reportado por meio de relatórios ao Conselho de Administração, Diretores e Gerentes envolvidos e são acompanhadas em bases mensais.

Em reunião do Conselho de Administração de 24 de fevereiro de 2022, foi aprovado a criação do Comitê de Auditoria, órgão independente, conforme Regulamento do Novo Mercado da B3, tendo, dentre outras atribuições, avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras, além de acompanhar as atividades da auditoria interna e verificar a eficácia dos controles internos da companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes conduziram os trabalhos de auditoria e avaliaram o sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 com objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

5.2 Descrição dos controles internos

Em seu relatório circunstanciado referente a estes trabalhos relativos a 31 de dezembro de 2022 os auditores identificaram o que em sua opinião configura uma deficiência significativa de controles internos, relacionada ao reconhecimento da receita de venda de produtos, cuja entrega do produto não ocorre necessariamente na mesma data da emissão da fatura. A norma contábil "CPC 47 / (IFRS 15) Receita de contrato com clientes" determina que a entidade deve reconhecer a receita quando seja provável que venha a receber a contraprestação a qual tem direito em troca dos bens que foram transferidos aos clientes, entre outros critérios. Os auditores independentes sugerem que a administração aprimore seus procedimentos, registrando as receitas de venda, bem como os respectivos custos e despesas relacionadas, apenas quando da transferência da propriedade das mercadorias aos clientes, para que os valores contábeis reflitam de forma mais fidedigna as normas de contabilidade vigentes.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Na reunião de avaliação do relatório a Administração fez os comentários a seguir:

- 1. Toda a produção da companhia é feita após o recebimento de pedidos dos produtos, isto é, a companhia programa todo sistema de produção de acordo com os pedidos recebidos;
- 2. A companhia produz diariamente e embarca grande quantidade de produtos já encomendados pelos seus clientes, podendo ultrapassar em um único dia o despacho de mais de um milhão de pares de calçados;
- 3. Estes produtos são agrupados conforme os pedidos e transportados por centenas de caminhões de transportadoras independentes que deverão entregar os mesmos em todas as regiões do país, para cerca de 15 mil clientes diferentes e mais de 65 mil pontos de venda.
- 4. Não existem concentrações de pedidos em clientes e conforme já afirmado nenhum cliente representa mais que 4% da receita da companhia, sendo que pedidos individuais representam ainda menos;
- 5. Individualmente, cada pedido ou mesmo cada carga transportada por um caminhão representa valor insignificante sobre o total de receitas da companhia e, portanto o risco de algum eventual sinistro ou fato que impeça a entrega dos produtos afetar esta receita é igualmente insignificante. Na avaliação da administração, a probabilidade de alguma parte significativa da receita reconhecida não se concretizar é imaterial. Além disso, todas as cargas estão seguradas;
- 6. Conforme demonstrado aos auditores todos os pedidos eram existentes na data do embarque, os produtos foram embarcados e não houve devoluções significativas ou recusa de recebimento, dos mesmos, por parte dos clientes;
- 7. O processo de controle das entregas é efetuado a partir de informações digitalizadas recebidas das transportadoras, a qual disponibiliza o status de cada carga com suas respectivas movimentações. Caso ocorram alterações de datas e ou mudanças nas entregas por solicitação dos clientes, a Cia analisa e procura adequar visando evitar impactos significativos;
- 8. As faturas correspondentes a estes pedidos foram liquidadas pelos clientes nos prazos de vencimento, sem a ocorrência de inadimplência ou atrasos anormais;
- Todos os impostos sobre estas receitas foram reconhecidos e pagos.
- 10. A Cia evidencia esforços constantes no aprimoramento desse processo, sempre alinhados ao ambiente atual dos negócios, a fim de gerar informações tempestivas às partes relacionadas.

Tendo em vista estas características e a irrelevância dos impactos que estes valores teriam sobre os resultados da Companhia, a Administração avaliou o custo x benefício de implementar controles internos adicionais necessários para o controle destes efeitos os quais não seriam vantajosos e nada agregariam à qualidade das informações.

De acordo com a avaliação da Administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

5.3 Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Sim, possui. A Grendene conta com Código de Conduta desde 1 de dezembro de 2008, o qual foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2021. A nova versão estabelece os princípios éticos e as normas de conduta que devem orientar as relações internas e externas da Companhia. As diretrizes estabelecidas no Código de Conduta aplicam-se e devem ser observadas por todos os colaboradores, independentemente das atribuições e responsabilidades. Além disso, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de outubro de 2022 as a Política de Combate à Fraude e Corrupção e Política de Contratação de Terceiros.

A íntegra do Código de Conduta e Política de Combate à Fraude e Corrupção e Política de Contratação de Terceiros pode ser consultada no site de relações com investidores da Companhia através dos links, respectivamente:

- Código de Conduta;
- Política de Combate à Fraude e Corrupção;
- Política de Contratação de Terceiros.

Em 24 de fevereiro de 2022, foi aprovada, pelo Conselho de Administração, a política de Gestão de Denúncias e Consequências, que visa estabelecer diretrizes, regras e requisitos a serem observadas no processo de recebimento e apuração das denúncias na Grendene, oriundas de possíveis violações do Código de Conduta, normas internas, externas e/ou legislação aplicável, conforme o caso, bem como a aplicação de medidas cabíveis e ações preventivas.

i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

É esperado que o colaborador que tiver conhecimento ou identificar violações a qualquer aspecto do Código de Conduta, das Políticas da Grendene, da Legislação e Regulamentações aplicáveis a Companhia reportem imediatamente a situação. Se desejado, a denúncia poderá ser feita de forma anônima ao Canal de Ética, que pode ser utilizado pelo público interno e externo.

O Canal de Ética é operado pela KPMG Assessores Ltda, uma empresa terceirizada, especializada nesse segmento:

- Website: www.linhaetica.com.br/etica/grendene
- E-mail: grendene@linhaetica.com.br
- Telefone: 0800-208-0048
- Caixa postal: 79518, CEP 04711-904, São Paulo, SP.

O Canal de Ética garante a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos Colaboradores envolvidos.

ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Em Reunião do Conselho de Administração de 29 de abril de 2021, foi aprovado o novo Código de Conduta, a criação do Comitê de Ética e o Regimento Interno do Comitê de Ética. O Comitê de Ética deve incentivar o respeito, o cumprimento da conduta alinhada às regras internas da Companhia, em conformidade com as leis e os padrões éticos da sociedade, que também orientam as nossas relações internas e externas como colaboradores, empregados, terceiros e administradores da Grendene. Em dezembro de 2021 foi criada uma área de Governança, Riscos e Compliance (GRC) vinculada à diretoria de Relações com Investidores, com a responsabilidade, dentre outras atribuições, de conduzir as atividades relacionadas ao programa de integridade da Companhia. Em 24 de fevereiro de 2022 foi criado o Comitê de Auditoria. O Comitê de Auditoria é um órgão interno, de caráter permanente e não estatutário, de assessoramento vinculado diretamente e com dever de informar suas atividades trimestralmente ao Conselho de Administração.

5.3 Programa de integridade

- iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:
 - se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
 - Sim. O Código de Conduta aplica-se a todos os stakeholders da Grendene.
 - as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
 - O Colaborador que violar uma conduta, prática, ou política da Grendene, bem como legislação ou regulamentação aplicável à Companhia, ou permitir que um subordinado o faça, estará sujeito a ação disciplinar, que poderá ser advertência, suspensão, desligamento ou encerramento da relação contratual com a Grendene. Mais detalhes consultar a política de Gestão de Denúncias e Consequências disponível no site da Companhia.
 - órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado
 - O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em sua reunião de 29 de abril de 2021. O documento pode ser consultado no <u>site</u> da Companhia.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Sim, a Grendene possui Canal de denúncia ("Canal de Ética").

- Website: http://www.linhaetica.com.br/etica/grendene
- E-mail: grendene@linhaetica.com.br
- Telefone: 0800-208-0048
- Caixa postal: 79518, CEP 04711-904, São Paulo, SP.
- O Canal de Ética garante a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos Colaboradores envolvidos.
- i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
- O Canal de denúncias ("Canal de Ética") é operado pela KPMG Assessores Ltda, uma empresa terceirizada, especializada nesse segmento.
- ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

Sim, está aberto ao recebimento de denúncias de terceiros.

iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes

Sim, há mecanismos que garantem o anonimato e a proteção.

iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O Comitê de Ética é o responsável pela apuração das denúncias realizadas através do Canal de Ética e deliberar sobre os casos de comprovada infração.

5.3 Programa de integridade

 número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não tivemos nenhum caso.

 d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica. O Código de Conduta, a Política de Gestão de Denúncias e Consequências e Política de Combate a Corrupção disciplinam as relações dos colaboradores com o Poder Público.

A íntegra do Código de Conduta e Política de Combate à Fraude e Corrupção e Política de Contratação de Terceiros pode ser consultada no site de relações com investidores da Companhia através dos links, respectivamente:

- Código de Conduta;
- Política de Combate à Fraude e Corrupção;
- Política de Contratação de Terceiros.

5.4 Alterações significativas

Ao longo do ano de 2022, tivemos um cenário macroeconômico desafiador por conta das condições adversas conhecidas e enfrentadas desde o início do ano: inflação alta, taxa de juros elevadas, altos níveis de desemprego e de endividamento, comprimindo a renda disponível do consumidor. No último trimestre de 2022, além destes aspectos, temperaturas abaixo da média histórica no Sul e no Sudeste e incertezas políticas e econômicas – advindas do processo eleitoral – trouxeram um ambiente desestimulante para o consumo das famílias, especialmente dos produtos não essenciais.

Em relação a pauta ESG, a empresa teve várias conquistas importantes e evoluiu ainda mais em ações e iniciativas para mitigação dos riscos relacionados as questões sociais, ambientais e climáticas, conforme descrito no item 4.1.

Por fim, a empresa evolui bastante na governança e estrutura para o gerenciamento de riscos corporativos, com a estruturação da área de Governança, Riscos e Compliance e criação do Comitê de Auditoria Interna, além da aprovação da Matriz de Riscos Corporativas e implantação de diversas políticas corporativas. Dessa forma, a empresa avançou significativamente para uma eficaz gestão de riscos, tanto para a identificação, como para a avaliação e resposta aos riscos inerentes ao negócio.

5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.